



Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada **389659** ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Classificação

01/04/02

REQUERIMENTO Data Número **11/03/01**

- REQUERIMENTO Data Número **11/03/01** /XI (.ª)
- PERGUNTA Número **2729/XI (2 .ª)**

Expeça-se

Publique-se

02/03/2011

O Secretário da Mesa

[Handwritten signature]

Assunto: Situação Financeira das Escolas Profissionais

Destinatário: Ministério da Educação

*Por determinação de S.E.C.P.A.R. a
Sua Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.03.11
[Handwritten signature]

Através duma denúncia que nos fizeram chegar, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda foi alertado para a grave situação financeira das escolas profissionais do país.

De acordo com um comunicado que a Associação Nacional das Escolas Profissionais (ANESPO) enviou aos estabelecimentos de ensino profissional, o Programa Operacional de Potencial Humano (POPH) não tem capacidade financeira para poder transferir as verbas devidas a estas instituições. Estas, por sua vez, encontram-se numa situação de absoluta impotência, debatendo-se com a falta crónica de verbas, sem por isso poder efectuar o pagamento de salários em atraso, subsídios aos alunos e pagamento aos fornecedores.

Pela informação a que tivemos acesso, as escolas de ensino profissional esperam há demasiado tempo pelo financiamento do POPH, tendo vindo este atraso a ser justificado com base na falta de legislação e regulamentos, em problemas informáticos e em dificuldades na análise dos pedidos de financiamento. A verdade é que se trata do facto de o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) ter problemas de tesouraria inultrapassáveis enquanto não receber verbas devidas pela Comissão Europeia.

O Bloco de Esquerda considera que esta situação não pode permanecer ignorada pelo Ministério da Educação, passando a Tutela incólume perante o sufoco financeiro em que estes estabelecimentos de ensino profissional se encontram. O apoio comunitário ao ensino profissional no nosso país integra-se no Eixo n.º 1 do POPH - Qualificação inicial de jovens - de forma a promover ofertas de certificação escolar e profissional variadas, que visem a inserção profissional e/ou o prosseguimento de estudos. Este financiamento constitui a via de formação e qualificação para uma larga franja de jovens, não podendo por isso o Ministério da Educação demitir-se das suas funções

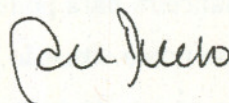
nesta matéria.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Educação conhecimento desta situação?
2. Pode o Ministério explicar os fundamentos destes atrasos que se matem na transferência de verbas para as escolas de ensino profissional?
3. Está o Ministério disponível para interceder junto do POPH de forma a acelerar no curto prazo o processo de transferência destas verbas e evitar futuros atrasos que coloquem estas instituições em risco?

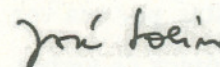
Palácio de São Bento, 1 de Março de 2011.

A Deputada



Ana Drago

O Deputado



José M. Soeiro